

O crime realmente organizado

J. Roberto Whitaker Penteadó

O crime não compensa... tanto quanto a política. Alfred E. Newman

Os acontecimentos desses últimos meses - além de escandalizar a todos - comprovaram que existe ainda mais crime na esfera pública do que se suspeitava. Os números referentes ao mensalão e aos desmandos do Executivo, a quadrilha das sanguessugas e outras atividades nefastas sugerem que pelo menos 1/3 do nosso congresso, se não mais, é composto por criminosos. Uma outra informação - esta do Monitor das Fraudes, um site que merece ser conhecido e divulgado, criado por um advogado de São Paulo, Lorenzo Parodi, (www.fraudes.org/indexjvs.asp) - lança mais luz sobre essa área escura, ao divulgar pesquisas que revelaram que os agentes públicos mais sujeitos a corrupção são, pela ordem, (1) policiais, (2) fiscais tributários, (3) funcionários ligados a licenças, (4) parlamentares, (5) funcionários ligados a licitações, (6) agentes alfandegários, (7) fiscais técnicos, (8) primeiro escalão do executivo, (9) funcionários de bancos oficiais e (10) juizes.

Como não me convenceram as recentes invectivas da imprensa (e dos comunicadores) sobre as ações do "crime organizado" no Brasil e menos ainda, ao contemplar o primarismo dos indivíduos exibidos pelas nossas autoridades como seus líderes - Marcola, por exemplo - tudo isso levou-me a uma pesquisa na internet, atrás de outra hipótese - que acredito mais próxima da verdadeira realidade - cujos resultados quero compartilhar com os leitores.

Consultando sites diversos, descobri que há, no Brasil, além dos 513 deputados e 80 senadores, 5.560 prefeitos, 20.000 secretários municipais, 65.000 vereadores, 27 governadores, 300 secretários estaduais, 4.600 deputados estaduais, pelo menos 100 pessoas do primeiro escalão do executivo federal (os que foram afastados eram os chefes) e uns 1.000 juizes e altos funcionários do Judiciário. Somando-se a eles os cerca de 500.000 policiais civis e militares (dados da revista Veja), arredondando, chegamos a um total de 632.600 pessoas.

Lidar com os números do funcionalismo público é mais complexo, pois não há uma fonte de referência única. A Secretaria de RH do Ministério do Planejamento indica cerca de 2 milhões, na área federal. O Banco do Brasil declara pagar os salários a 4,3 milhões - o que permite estimar que devem ser mais de 4 milhões, considerando os três níveis da administração pública.

É claro que não há estatísticas disponíveis sobre os criminosos, uma vez que estão fora da lei. Mas, de acordo com a Human Rights Watch, a população carcerária do país é de 170 mil detentos; 95% são do sexo masculino e pobres; dois terços não completaram o primeiro grau e 12% são analfabetos. Digamos que os que estão presos representem 10% do total de criminosos de tempo integral do país, que seria, então, de 1,7 milhão.

Estamos chegando. Pelas características descritas, é lícito supor que só uns 10 por cento dessa criminalidade pobre e inculta, de fato, teria condições de se organizar, o que poderia levar ao total de uns 170 mil.

Agora o outro lado: o de dentro da lei. Mesmo aplicando hipóteses generosas, de que 90% dos funcionários públicos sejam honestos - e de que não passe de ¼ o percentual dos delinquentes nos cargos eletivos, no judiciário e nas forças policiais, tudo parece indicar que o número dos criminosos "legais" ultrapasse o meio milhão.

Além disso, embora haja escassa informação publicada sobre o assunto, parece certo existir uma área cinzenta - que é a da conivência e cumplicidade entre as duas facções criminosas, a que está fora da lei e a que age dentro dela. Nesse segmento - em que chega a ser arriscado e perigoso investigar (e a imprensa, geralmente, passa ao largo) - estão as atividades milionárias da contravenção e do jogo ilegal, das concessões de serviços públicos municipais e do multinacional tráfico de drogas, para citar as mais conspícuas. E isso para não entreabrir a caixa de Pandora, que é a discreta indústria da Segurança no país.

Mesmo assim, descartando esses setores sinistros, restam cerca de 500 mil pessoas a roubar e delinquir, no Brasil, sob a proteção de mandatos e uniformes, imunidades, cargos vitalícios e "de confiança". Pior, usando os equipamentos, as armas e as facilidades adquiridas com o dinheiro dos nossos impostos para apropriar-se, todos os anos, de bilhões de reais deste dinheiro, que repito é nosso e devia ser destinado ao investimento e aos serviços públicos, mas não é.

Essa gente, literalmente, ri-se e zomba da nossa indignação (às vezes, até dançam). Não dão a mínima. Muitos estão certos de que se vão reeleger em outubro para continuar na bandidagem.

Isso sim é que é crime organizado. E o pior é que, deste, parece ser impossível nos livrarmos.

Disponível em: <<http://www.jrwp.com.br/artigos/leartigo.asp?offset=165&ID=348>>.
Acesso em: 4 ago. 2009

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais